

PSICOLOGIA ESCOLAR EDUCACIONAL NO PIAUÍ: TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA

SCHOOL AND EDUCATIONAL PSYCHOLOGY IN PIAUÍ: TRAJECTORY AND PRACTICE IN PUBLIC SCHOOLS

PSICOLOGÍA ESCOLAR Y EDUCATIVA EN PIAUÍ: TRAYECTORIA Y ACTUACIÓN EN LA ESCUELA PÚBLICA

Lucas Lima Ribeiro¹

Christian Jorge Rabelo Barbosa Martins dos Santos²

Lorrany Lima Ribeiro³

RESUMO: Este artigo buscou analisar a trajetória e a atuação da Psicologia Escolar Educacional no Piauí, com foco no contexto da escola pública e nos desafios contemporâneos da inclusão escolar. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, fundamentada em produções científicas que articulam Psicologia, Educação e Políticas Públicas. Evidencia-se a superação gradual de práticas clínicas e individualizantes, historicamente centradas no estudante, em direção a intervenções preventivas, institucionais e contextualizadas, comprometidas com o desenvolvimento humano e com a transformação das relações escolares. Os resultados indicam que a atuação do psicólogo escolar no Piauí vem sendo ressignificada, passando a considerar fatores sociais, pedagógicos e institucionais que atravessam o cotidiano da escola pública, com ações articuladas junto aos atores da comunidade escolar. Apesar dos avanços teóricos e normativos, especialmente a partir da Lei nº 13.935/2019, persistem desafios relacionados à formação profissional, à definição das atribuições e à efetiva inserção do psicólogo nas redes públicas de ensino. Considerasse que a Psicologia Escolar Educacional ocupa papel estratégico na promoção de práticas inclusivas, democráticas e humanizadas, sendo fundamental para o enfrentamento de processos excludentes na escola pública piauiense.

1

Palavras-chave: Psicologia Escolar Educacional. Políticas Públicas. Piauí.

¹ Docente dos cursos de Psicologia na Faculdade de Ensino Superior do Piauí – FAESPI e na Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Psicopedagogo Estatutário na Secretaria Municipal de Educação de Teresina, Mestre em Ciências do Comportamento pela Universidade de Brasília - UnB, bacharel e licenciado em Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

² Discente do curso de Psicologia na Faculdade de Ensino Superior do Piauí – FAESPI.

³ Bacharel e Licenciada em Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Experiência como Auxiliar de Apoio à Inclusão pela SEMEC-The, Residente em Unidade de Terapia Intensiva pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

ABSTRACT: This article aimed to analyze the trajectory and practice of School and Educational Psychology in the state of Piauí, focusing on the context of public schools and the contemporary challenges of school inclusion. This study consists of a narrative literature review with a qualitative approach and an exploratory-descriptive design, grounded in scientific publications that articulate Psychology, Education, and Educational Public Policies. The analysis highlights the gradual overcoming of clinical and individualizing practices, historically centered on the student, toward preventive, institutional, and contextualized interventions committed to human development and the transformation of school relationships. The results indicate that the role of the school psychologist in Piauí has been undergoing a process of re-signification, increasingly considering social, pedagogical, and institutional factors that permeate the daily life of public schools, through articulated actions with members of the school community. Despite theoretical and normative advances, especially following the enactment of Law No. 13,935/2019, challenges remain regarding professional training, the definition of professional duties, and the effective inclusion of psychologists in public education systems. It is concluded that School and Educational Psychology occupies a strategic role in promoting inclusive, democratic, and humanized practices, being fundamental to confronting exclusionary processes in public schools in Piauí.

Keywords: School and Educational Psychology. Public Policies. Piauí.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo analizar la trayectoria y la actuación de la Psicología Escolar y Educativa en el estado de Piauí, con énfasis en el contexto de la escuela pública y en los desafíos contemporáneos de la inclusión escolar. Se trata de una revisión bibliográfica narrativa, de enfoque cualitativo y carácter exploratorio-descriptivo, fundamentada en producciones científicas que articulan Psicología, Educación y Políticas Públicas Educativas. El análisis evidencia la superación gradual de prácticas clínicas e individualizantes, históricamente centradas en el estudiante, hacia intervenciones preventivas, institucionales y contextualizadas, comprometidas con el desarrollo humano y la transformación de las relaciones escolares. Los resultados indican que la actuación del psicólogo escolar en Piauí viene siendo resignificada, al considerar factores sociales, pedagógicos e institucionales que atraviesan la vida cotidiana de la escuela pública, mediante acciones articuladas con los actores de la comunidad escolar. A pesar de los avances teóricos y normativos, especialmente a partir de la Ley n.º 13.935/2019, persisten desafíos relacionados con la formación profesional, la delimitación de atribuciones y la efectiva inserción del psicólogo en los sistemas públicos de enseñanza. Se concluye que la Psicología Escolar y Educativa ocupa un papel estratégico en la promoción de prácticas inclusivas, democráticas y humanizadas, siendo fundamental para el enfrentamiento de procesos excluyentes en la escuela pública piauiense.

Palabras clave: Psicología Escolar y Educativa. Políticas Públicas. Piauí.

I. INTRODUÇÃO

A Psicologia Escolar Educacional no Brasil, especialmente no Piauí, constitui-se um campo de conhecimento e atuação que tem se desenvolvido de forma significativa ao longo das últimas décadas, acompanhando as transformações sociais, educacionais e legislativas do país (BARROS, SILVA, 2017; CARVALHO et al. 2023). O percurso histórico desta área revela uma

mudança de foco ao longo da trajetória: de práticas centradas na avaliação do estudante para intervenções voltadas à compreensão dos contextos escolares, das relações sociais e dos processos que influenciam a aprendizagem. Ou seja, que buscam compreender a vida escolar dos estudantes por uma perspectiva biopsicossocial. Nesse cenário, refletir sobre a trajetória, a atuação atual e a importância desse campo para a promoção da acessibilidade e da inclusão torna-se fundamental, especialmente diante dos desafios contemporâneos de garantir uma educação equitativa, democrática e comprometida com a diversidade (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

De acordo com Capone (2020), o psicólogo na escola precisa ir além da identificação de supostos “problemas individuais”. Esse autor ressalta a importância de considerar fatores: sociais, institucionais e pedagógicos que influenciam a aprendizagem. Essa mudança de enfoque marcou um ponto decisivo na construção de práticas mais integradas e democráticas dentro das instituições escolares.

No que se referem ao papel atual da Psicologia Escolar Educacional, autores como Marinho-Araújo (2014, p. 28) destaca que a intervenção deve ocorrer de forma colaborativa, envolvendo toda a comunidade escolar (professores, gestores, estudantes, famílias etc.). Além disso, o psicólogo escolar deve romper perspectivas que trazem visões excludentes, além de promover práticas educativas mais humanas e participativas. Diante disso, a Psicologia Escolar Educacional passa a assumir um compromisso ético com a transformação das relações escolares.

Compreende-se ainda que a importância da Psicologia Escolar Educacional para a acessibilidade e a inclusão é amplamente reconhecida na literatura contemporânea. Para Mezzalira, et al. (2019), o psicólogo escolar desempenha um papel fundamental na identificação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, bem como na construção de estratégias que favoreçam a participação de todos os estudantes. Mezzalira, et al. afirmam que ter uma visão não excludente é prezar pela importância de uma atuação profissional que vise a promoção das diferenças humanas e de ambientes escolares que busquem serem mais acessíveis. Portanto, entender essa trajetória e suas implicações torna-se essencial para fortalecer práticas escolares verdadeiramente inclusivas no contexto piauiense.

Para, além disso, a presença de psicólogos nas escolas públicas, garantida pela Lei 13.935/2019, é fundamental para fortalecer uma educação mais humanizada e inclusiva, pois assegura que as instituições da rede pública contem com profissionais capacitados para lidar com questões emocionais, sociais e de aprendizagem que impactam diretamente o

desenvolvimento dos estudantes (BRASIL, 2019). Com essa legislação, torna-se possível oferecer apoio psicológico contínuo, prevenir conflitos, promover o bem-estar escolar, orientar professores e famílias, além de identificar precocemente dificuldades que possam comprometer o desempenho acadêmico. Assim, a lei reafirma a importância de uma atuação interdisciplinar na escola, contribuindo para um ambiente educacional mais saudável, acolhedor e comprometida com o pleno desenvolvimento dos estudantes.

Diante desse cenário, no qual, primeiramente, a Psicologia Escolar Educacional no Piauí vem se consolidado como um campo essencial para a promoção do bem-estar, da aprendizagem e da inclusão dentro dos espaços educativos (Negreiros, et al. 2022); em seguida, passando pela necessidade de compreender como esse campo pode transformar realidades escolares, reduzindo barreiras, valorizando a diversidade e garantindo o direito pleno à educação de qualidade para todos, emerge a seguinte pergunta: Como a trajetória histórica e a atuação da Psicologia Escolar Educacional no Piauí têm contribuído para o enfrentamento dos desafios educacionais e para a promoção de práticas inclusivas na escola pública? O objetivo central deste artigo, portanto, é analisar a trajetória da Psicologia Escolar no Piauí, destacando as práticas, os desafios e as contribuições para a promoção de uma Psicologia não excludente.

De forma mais específica buscou-se: (a) contextualizar a trajetória e a atuação da Psicologia Escolar Educacional no Brasil, especialmente no Piauí, considerando o cenário da rede pública de ensino e as principais dificuldades enfrentadas pelo psicólogo escolar no exercício de sua prática profissional; e (b) investigar a necessidade e a importância da atuação do psicólogo escolar educacional no processo de inclusão na escola pública piauiense, com ênfase nos desafios e possibilidades relacionados à implementação da Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a inserção de psicólogos nas redes públicas de educação básica.

4

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para adentrar a uma discussão acerca da temática do presente estudo, faz-se necessário um aprofundamento sobre os principais tópicos que versam a presente pesquisa. Para tanto, o referencial teórico apresenta fundamentos sobre: a conceituação da Psicologia Escolar e da Psicologia Educacional, abordando a trajetória histórica dessas áreas no contexto brasileiro e piauiense; a compressão sobre o cenário da rede pública de ensino piauiense, ressaltando os desafios estruturais, pedagógicos e institucionais de inserção do profissional psicólogo; e a relevância desse profissional no processo de inclusão na escola pública piauiense, com ênfase na

promoção de práticas educativas inclusivas e nos desafios relacionados à implementação da Lei nº 13.935/2019.

2.1. PSICOLOGIA ESCOLAR E PSICOLOGIA EDUCACIONAL

A terminologia utilizada para identificar a interface entre Psicologia e Educação, frequentemente, gera ambiguidades. Essa falta de objetividade pode produzir interpretações equivocadas, especialmente quando se confunde o local de atuação com o objeto da prática profissional. Assim, o que define o psicólogo escolar não é o espaço físico em que atua, mas a natureza de sua intervenção, voltada às demandas e dinâmicas do contexto educacional. Assim, dentro ou fora da escola, cabe ao psicólogo elaborar métodos, promover espaços reflexivos e desenvolver recursos teóricos e metodológicos que qualifiquem sua atuação (DIAS, et al. 2014).

Quanto ao debate acerca dessa distinção, esse é marcado por perspectivas dicotômicas que opõem teoria e prática, sugerindo que a Psicologia Escolar se dedicaria exclusivamente à prática na escola, enquanto a Psicologia Educacional teria como foco a produção de conhecimentos psicológicos aplicáveis ao processo educativo. Tal separação, além de ultrapassada, gera entraves para a compreensão integrada da atuação profissional. Como afirmam Tanamachi, et al. (2000, p. 35),

A Psicologia da Educação deveria se ocupar da construção de conhecimentos úteis ao processo educacional, ao passo que a Psicologia Escolar se dedicaria ao exercício direto do psicólogo na Educação distinção que, se tomada rigidamente, tende a reforçar uma divisão artificial entre teoria e prática.

Assim, compreende-se para o presente trabalho que ambas estão intrínsecas uma a outra, permitindo, assim, a denominação Psicologia Escolar Educacional.

Por fim, a Psicologia Escolar Educacional enfrentou diversos questionamentos decorrentes das metodologias historicamente aplicadas às problemáticas educacionais no Brasil de maneira geral. Um dos principais desafios referia-se ao uso excessivo de modelo clínico centrado na sintomatologia do estudante e do contexto família, o que reduzia a complexidade das questões escolares a diagnósticos individualizados (DIAS et al., 2014). Somando-se a isso o desconhecimento, por parte de professores, estudantes e responsáveis, sobre o real campo de atuação do psicólogo escolar educacional, uma dificuldade frequentemente associada à própria trajetória histórica dessa área no Brasil.

2.2. PSICOLOGIA ESCOLAR EDUCACIONAL NO CONTEXTO BRASILEIRO E PIAUIENSE

Em 1906, no Rio de Janeiro, Manoel Bonfim fundou o Laboratório de Pedagogia Experimental, planejado por Binet, junto ao *Pedagogium*, órgão criado para incentivar melhorias educacionais e que, desde 1897, já se consolidava como um centro de cultura superior (MACHADO, 2010). Barbosa e Marinho-Araújo (2010), ainda nessa perspectiva, apontam que na história da Psicologia brasileira, observa-se que o ensino dessa ciência nas escolas normais do século XIX revelava forte influência europeia e norte-americana na formação docente. Essas autoras destacam ainda que para formar um corpo docente competente e alinhado às necessidades do sistema educacional brasileiro, as escolas normais estruturavam uma metodologia científica inspirada nos modelos estrangeiros.

Segundo Almeida (2006), os autores apontam que o surgimento da psicologia no Brasil está intrinsecamente ligado à Educação. Desse modo, a Psicologia tem sido utilizada historicamente como base para fundamentar teoricamente questões vinculadas à educação escolar. Segundo Marinho-Araújo (2014) e Machado (2010), a Psicologia Escolar surgiu antes mesmo da consolidação da Psicologia como profissão. No final do Século XIX e início do Século XX, foram criadas as primeiras Escolas Normais: Niterói, Bahia e São Paulo, que já incluíam a disciplina de Pedagogia, a qual, em 1912, passou a incorporar também Psicologia e Metodologia.

6

Em São Paulo, Clemente Quaglio criou o primeiro Gabinete de Psicologia Experimental, em Amparo, no ano de 1909 e 1914, o psicólogo italiano Ugo Pizzoli foi contratado pelo governo paulista para modernizar o laboratório criado por Quaglio, aprofundando investigações em Psicologia e Educação (MACHADO, 2010). Ainda segundo Machado, a Psicologia Escolar nasceu e se desenvolveu a partir de uma necessidade que permeava o contexto social de enfrentamento das dificuldades escolares, acompanhando demandas formativas e educacionais do país.

Patto (1984) aponta a inserção da Psicologia na Educação em três períodos econômicos. O primeiro, correspondente ao modelo agroexportador, marcado pela Psicologia Experimental europeia e pela figura do psicometrista. O segundo, associado ao modelo urbano-industrial, enfatiza o viés clínico e curativo da Psicologia da Educação. Já o terceiro, na década de 1960, relacionado à internacionalização do mercado interno, ampliando a atuação do psicólogo educacional e aproximando-o de práticas neobehavioristas.

Em 1962, a profissão de psicólogo foi regulamentada pela Lei n.º 4.119/1962 (MARINHO-ARAÚJO, 2014, p. 155), momento em que a prática escolar ainda mantinha forte caráter clínico voltado ao atendimento individual de crianças com dificuldades de aprendizagem (ANTUNES, 2003). Durante esse período, surgiram críticas ao uso indiscriminado de testes psicológicos e aos impactos negativos dessas práticas sobre os estudantes. O que é confirmado por Dias, et al. (2014) e Antunes (2003), os quais apontam que o início da Psicologia no contexto brasileiro está marcado por exclusões com a classificação de Crianças “Anormais” e com o ajustamento de crianças ao ambiente escolar.

Com o fim da ditadura, anos 1980, intensificaram-se os movimentos sociais e o enfoque crítico na Psicologia. Souza (1980) indica que esse período foi marcado por um olhar mais histórico e político sobre a profissão. Na década de 1990, houve a criação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar Educacional (ABRPEE) e a expansão de eventos científicos no campo da Psicologia Escolar. Além disso, as exigências legais advindas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) e do Plano Decenal de Educação promoveram mudanças significativas na formação docente, impactando diretamente a atuação do psicólogo escolar.

No contexto piauiense, Carvalho, et al. (2023) resgatam a trajetória das pioneiras e dos pioneiros da Psicologia Escolar Educacional no estado do Piauí, evidenciando como suas práticas e iniciativas contribuíram para consolidar a presença da Psicologia no ambiente educacional. Os autores destacam a relevância desses profissionais na construção de uma compreensão mais ampla sobre os processos de ensino e aprendizagem, bem como na implementação de ações voltadas ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Ainda nesse contexto, Medeiros, et al. (2025) destacam que até o presente momento da realização da pesquisa, ano de 2025, há a presença ainda limitada e, muitas vezes, pouco definida das atribuições dos profissionais psicólogos no contexto escolar em editais de processos seletivos e para profissionais efetivos, tanto em contextos privados quanto públicos.

Em síntese, compreende-se que o Campo da Educação serviu como local fértil para o desenvolvimento da Ciência Psicológica, no que tange para o aprofundamento em teorias e práticas educacionais ao longo da história.

2.3. CENÁRIO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO E DIFICULDADES NA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Nesse contexto de implantação da Psicologia Escolar Educacional no contexto brasileiro, especialmente no contexto piauiense, faz-se necessário compreender os respectivos contextos históricos e sociais, pois se torna fundamental entender como as concepções de educação surgem, modificam-se e diferenciam-se ao longo dos anos e como se deu a relação Psicologia e Educação.

Em um mesmo período histórico, práticas pedagógicas distintas puderam coexistir influenciadas pelas especificidades do território, da comunidade escolar e dos sujeitos envolvidos no processo sejam eles: docentes, discentes, pais e responsáveis entre outros atores da comunidade escolar. Assim, ao tratar da educação, torna-se essencial situar o tempo histórico discutido; e de forma mais específica retratar o chão da escola pública brasileira.

De acordo com Freire (2012), o contexto das escolas públicas apresenta desafios relacionados à implementação de práticas e políticas educacionais que possam promover uma educação humanizada, contextualizada e de qualidade, o que acaba por trazer grandes desafios para o crescimento educacional brasileiro. Observa-se enquanto isso, um modelo educacional cada vez mais influenciado por tendências capitalistas e mercantilistas, nas quais a aprendizagem é tratada como produto de compra e venda.

8

Essa perspectiva reduz o papel formativo social que a escola pública tem, uma vez que essa passa a ter como exemplo as escolas privadas, que frequentemente adotam modelos baseados em tecnologia avançada, como *tablets*, plataformas digitais e lousas interativas. Tais instituições investem em um discurso de alto desempenho, competitividade extrema e foco em resultados, por meio de recursos tecnológicos, o que em parte se faz necessário para gerar motivação, mas por vezes excedendo os limites da saúde mental trazendo transtornos psicológicos (AMIN; REZENDE, 2022).

Como Dourado (2010) destaca, no contexto público, essas discrepâncias tornam-se ainda mais preocupantes diante da precariedade estrutural de grande parte das escolas; o que se poder ser percebido pela falta de recursos materiais, infraestrutura inadequada e financiamento insuficiente, o que acaba dificultando a prática docente e comprometem a oferta de uma educação de qualidade. Além disso, Dourado aponta ainda que as questões sociais como violência, vulnerabilidade social, absenteísmo, dificuldades de aprendizagem e o

distanciamento entre a formação inicial dos professores e o cotidiano escolar intensificam os desafios enfrentados pela rede pública.

Como apontam ainda Brooke e Cunha (2011), avaliações externas como Prova Brasil, Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) evidenciam as dificuldades enfrentadas pelas escolas públicas na garantia da aprendizagem efetiva, sobretudo porque privilegiam indicadores cognitivos e minimizando os elementos subjetivos que permeiam o cotidiano escolar público.

É importante destacar ainda que houveram grandes avanços observados desde a década de 1990, impulsionados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), pelos Planos Nacionais de Educação e por iniciativas de combate ao analfabetismo em vários estados (VIEIRA, 2010). Entretanto, Vieira ainda aponta que mesmo com tais progressos, o país ainda se encontrava distante de oferecer uma educação de qualidade às crianças e adolescentes das classes populares. Para, além disso, Vieira ressalta que um grande desafio da escola pública é se caracterizar como espaço heterogêneo e plural, reunindo diferentes configurações familiares e subjetividades, sem seletividade, refletindo as contradições da sociedade e os impactos do sistema capitalista vigente.

Diante desse cenário, torna-se evidente que as escolas públicas são atravessadas por questões macro, como políticas educacionais; e micro como as subjetividades dos sujeitos que formam a comunidade escolar. Isso evidencia a necessidade da atuação de equipes multiprofissionais, de forma mais específica que contemplem a atuação do psicólogo escolar, o qual é figura essencial na mediação de conflitos, na promoção da saúde mental e no desenvolvimento integral dos estudantes (VIEIRA, 2010). Contudo, observa-se que o poder público ainda, apesar de haver lei que fundamente a presença de psicólogos nas escolas públicas (BRASIL, 2019), não valoriza de maneira adequada a presença e a atuação desse profissional, o que limita seu potencial contributivo no cotidiano escolar no processo de não exclusão de estudantes desse ambiente.

Ainda nesse contexto, Medeiros, et al. (2025) analisam que o papel da Psicologia na educação básica da rede pública do Piauí ainda carece de delimitação de atuação, uma vez que por meio do estudo de editais de concursos e processos seletivos, observa-se a presença ainda limitada e, muitas vezes, pouco definida das atribuições dos profissionais psicólogos no contexto escolar. Os autores evidenciam ainda que, embora haja avanços na legislação e no reconhecimento da importância da atuação psicológica nas escolas, os documentos oficiais ainda

carecem de maior clareza quanto às competências, responsabilidades e práticas esperadas desses profissionais, até o presente momento, ano de 2025.

Isso evidencia que a realidade piauiense é perpassada diretamente pelo contexto brasileiro, o qual a ainda carece de uma padronização mais consistente nos editais, de forma a assegurar a inserção qualificada da Psicologia na educação.

2.4. PSICÓLOGO ESCOLAR EDUCACIONAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO NA ESCOLA PÚBLICA PIAUIENSE

Nesse grande contexto de inserção de psicólogos em escolas públicas piauienses, ainda há a necessidade de se pensar o processo de inclusão de estudantes, o que tem se tornado cada vez mais complexo, sobretudo porque ainda predomina, em grande parte das instituições, um modelo tradicional de ensino voltado majoritariamente à transmissão bancária de conteúdos (FREIRE, 2012). Nesse paradigma, Freire descreve que o estudante é compreendido como mero recipiente do conhecimento, o que limita a adoção de práticas inclusivas. Soma-se a isso a insuficiência de formação profissional, a escassez de recursos pedagógicos, a inadequação da infraestrutura escolar e a dificuldade do psicólogo escolar em prover condições que atendam às necessidades desses estudantes.

Além das barreiras materiais, existem limites políticos e ideológicos que atravessam a atuação desse profissional, restringindo sua capacidade de consolidar práticas transformadoras com os diferentes atores escolares, até mesmo com o processo de formação com professores (TESSARO, 2019). Assim, a atuação do psicólogo escolar educacional depende de apoio institucional, social e político, de modo que seu papel como agente de transformação possa ser efetivamente realizado. Assim, Marinho-Araújo (2014, p. 26) aponta que há muito a ser aprendido pelos psicólogos nesse contexto, principalmente no que refere a relações de conhecimento das políticas educacionais e de uma articulação política mais adequada.

Nesse cenário, o Psicólogo articulado aos educadores, aos gestores e aos estudantes, exerce um papel central na promoção de processos educativos democráticos, equitativos e inclusivos.

Marinho-Araújo (2014) descreve que ser psicólogo escolar educacional implica atuar considerando as necessidades de todos os sujeitos envolvidos no contexto educacional, sem distinção, promovendo participação, corresponsabilidade e ações coletivas; o que é evidenciado pelas barreiras institucionais, pedagógicas e atitudinais que dificultam a consolidação de

práticas inclusivas, especialmente quando há distanciamento entre a proposta legislativa e a realidade das escolas.

Dessa forma, o processo de inclusão exige obrigatoriamente a presença do psicólogo e a articulação desse profissional com outros profissionais: pedagogos, gestores, professores, famílias e demais atores do processo educacional; além de considerar o contexto social e as condições específicas de cada estudante, assim como evitar a redução do processo de inclusão a uma tarefa individualizada. Cabe lembrar ainda que a atuação do psicólogo deve estar alinhada a “um perfil ético e que esteja comprometido com as transformações sociopolíticas” (MARINHO-ARAÚJO, 2014, p. 11), posicionando-se diante das injustiças e promovendo práticas críticas, políticas e transformadoras, essenciais para a construção de uma escola mais democrática e inclusiva.

De forma mais específica no contexto piauiense, a presença do psicólogo escolar educacional é essencial para fortalecer o processo de inclusão na escola pública, uma vez que esse profissional atua na mediação das relações, no acompanhamento das dificuldades de aprendizagem e na compreensão das necessidades socioemocionais dos estudantes (NEGREIROS, et al., 2022; ROCHA, 2023; SILVA, 2024). Como destaca Silva (2024), o psicólogo escolar tem papel central na construção de uma escola mais democrática e inclusiva, ao trabalhar para transformar práticas excludentes e promover ambientes mais acolhedores. No contexto da escola pública piauiense, marcada por desafios estruturais e socioeconômicos, a presença desse profissional torna-se ainda mais necessária para garantir equidade, aprendizagem, fortalecimento de vínculos e para assegurar que todos os estudantes tenham acesso a um processo educativo de qualidade (ROCHA, 2023).

11

3. MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa de caráter qualitativo, com abordagem exploratória e descritiva (GIL, 2022), situada no contexto histórico da Psicologia Escolar Educacional no campo da escola pública piauiense e que atravessa o papel do psicólogo no processo de inclusão.

O estudo utilizou-se de dados basais sobre marcos históricos da área que perpassa a Psicologia e a Educação, buscando situar e compreender o surgimento do profissional psicólogo no contexto escolar, de maneira mais específica no Piauí. Além da atuação desse profissional buscou-se ainda descrever transformações ocorridas ao longo do tempo, mudanças de

mentalidade e estratégias reflexivas e dialógicas no campo do processo de inclusão na escola pública. Pretendeu-se, assim, evidenciar a importância do psicólogo escolar educacional, sua função real e seu papel no contexto educacional de forma direta ou indireta.

As buscas bibliográficas, para a presente pesquisa, foram realizadas por meio do Google Acadêmico, compreendido neste estudo como uma ferramenta agregadora de produções científicas provenientes de diferentes bases indexadoras, o que se mostrou necessário diante da escassez de estudos que articulem de forma direta, os descritores “Psicologia Escolar”, “Inclusão Escolar”, “Escola Pública”, “Piauí” e “Atuação”.

Quanto à limitação de pesquisas que contemplassem simultaneamente essas categorias, de forma particular o contexto piauiense, justificou a escolha pela Revisão Bibliográfica do tipo Narrativa, a qual se torna adequada para mapear, sistematizar e discutir produções que são dispersas, incipientes ou ainda de caráter exploratório (GIL, 2022). Essa estratégia metodológica foi adotada na tentativa de reunir estudos que contribuíssem para o fortalecimento do embasamento teórico e da discussão proposta entre Psicologia e Educação.

Complementarmente a essa pesquisa, recorreu-se ao livro “Memórias e Vivências da Psicologia Escolar: uma prática de vanguarda no Instituto Dom Barreto” (BARROS, SILVA, 2017), com o objetivo de contextualizar historicamente a Psicologia Escolar Educacional no estado do Piauí. Além disso, buscou-se realizar uma pesquisa de levantamento em dados públicos por meio dos portais de transparência do Estado do Piauí e do município de Teresina, visando identificar informações institucionais que estivessem relacionadas ao quantitativo de psicólogos no âmbito da escola pública.

Para a coleta de material bibliográfico, foram inclusas as pesquisas que versassem sobre a temática, sem delimitação de recorte temporal, o que é admissível na Pesquisa Bibliográfica do Tipo Narrativa, especialmente em áreas que apresentam escassez de produções científica, o que se justifica pela necessidade de ampliar o mapeamento acerca do objeto de estudo (GIL, 2022).

Como critérios de exclusão, foram desconsiderados artigos que apresentaram fuga ao tema, abordaram apenas parcialmente o objeto de estudo e pesquisas incompletas. Por fim, a pesquisa adota uma abordagem descritiva, cujo propósito é descrever o fenômeno investigado e estabelecer relações entre os elementos que desencadeiam e sustentam a problemática analisada.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos por meio do levantamento bibliográfico, articulando os descritores escolhidos, demonstram que são majoritariamente estudos empíricos recentes, de forma mais específica àqueles voltados à atuação do Psicólogo Escolar Educacional na escola pública e no contexto do Piauí. Outros livros de referência da área, para além do “Memórias e Vivências da Psicologia Escolar: uma prática de vanguarda no Instituto Dom Barreto” (BARROS, SILVA, 2017), foram utilizados para fundamentar a discussão, uma vez que foram essenciais para a compreensão da historicidade, da conceitualização e da análise dos resultados.

4.1. TRAJETÓRIA E A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR EDUCACIONAL NO BRASIL

Diante disso, esta revisão revela a complexidade histórica, conceitual e os desafios persistentes para a consolidação da Psicologia Escolar Educacional como campo comprometido com a Educação e de maneira mais específica com a inclusão na garantia de direitos no Piauí, além do comprometimento e da importância que a Psicologia tem no contexto escolar piauiense.

Os estudos analisados apontam que, tradicionalmente, a atuação do psicólogo escolar educacional esteve marcada por um enfoque clínico e individualizante, voltado à identificação de dificuldades de aprendizagem como problemas do estudante ou da família (ANTUNES, 2003; TANAMACHI, et al. 2000). Essa perspectiva, influenciada por modelos psicométricos e por práticas excludentes, reforçou por décadas uma visão patologizante do fracasso escolar, descontextualizando o sujeito de sua realidade social. Esses autores dialogam diretamente, pois ambos denunciam como o modelo clínico isolou o estudante de seu contexto por meio de uma visão reducionista e patologizante, mostrando a inadequação desse modelo frente às demandas reais da escola.

Apesar dessa visão atual, os resultados evidenciam que houve um deslocamento progressivo desse paradigma, sobretudo a partir dos anos 1990, com o fortalecimento do campo acadêmico e institucional da área, impulsionado por entidades como a ABRAPEE e pela ampliação dos debates sobre educação democrática e inclusiva (SOUZA, 1980; MARINHO-ARAÚJO, 2014). Atualmente, observa-se maior preocupação com abordagens contextualizadas, dialógicas e preventivas, que compreendam o estudante como sujeito histórico, social e culturalmente situado, em consonância com a crítica formulada por Tanamachi, et al. (2000),

que aponta a necessidade de superar a fragmentação e a universalização abstrata do comportamento humano.

Souza (1980) abre caminho ao defender que o estudante deve ser compreendido em seu contexto histórico, e Marinho-Araújo (2014) concordam plenamente ao enfatizar uma prática institucional e dialógica. Tanamachi, et al. (2000) reforçam esse movimento e se alinham à mesma perspectiva crítica. Aqui, todos convergem ao rejeitar o modelo clínico e defender uma Psicologia Escolar Educacional que esteja contextualizada e que possa auxiliar no processo de transformação do contexto da escola pública brasileira.

4.2. TRAJETÓRIA E A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR EDUCACIONAL NO PIAUÍ

Em relação ao contexto piauiense, Barros e Silva (2017) mostram que a Psicologia Escolar Educacional no Piauí teve grande marco o Serviço de Psicologia do Instituto Dom Barreto que se desenvolveu como uma prática de vanguarda, marcada por ações inovadoras que integravam atendimento psicológico, acompanhamento pedagógico e fortalecimento das relações socioemocionais no ambiente escolar.

Ainda nessa perspectiva, a análise das memórias e vivências descritas pelas autoras Barros e Silva evidencia que a atuação psicológica foi essencial para a criação de um espaço educativo mais humanizado, no qual os estudantes eram compreendidos em sua totalidade. Elas destacam ainda que essa experiência pioneira contribuiu para consolidar um modelo de Psicologia Escolar Educacional voltado à promoção do bem-estar e da aprendizagem significativa, influenciando práticas posteriores no estado do Piauí e demonstrando a relevância da Psicologia como parte estruturante do processo educativo (BARROS E SILVA, 2017).

Barros e Silva (2017) exemplificam na prática o que Marinho-Araújo (2014) defendem teoricamente: uma Psicologia Escolar Educacional que promova a humanização e que integre o ambiente educativo. A experiência delas confirma e reforça as proposições desses autores. Além disso, trata-se de uma evidente convergência entre teoria e prática.

No entanto os achados de Candeira, et al. (2020) revelam que no caso da presença do psicólogo escolar educacional nas políticas públicas educacionais do Piauí ainda é marcada por fragilidades, especialmente no que diz respeito à distribuição desses profissionais (CARVALHO, et al. 2023) e à clareza das atribuições estabelecidas pelos sistemas de ensino.

Medeiros, et al. (2025) aponta, por meio da análise de editais de concursos públicos e processos seletivos que existem vários desafios quanto à atuação do Profissional Psicólogo na esfera pública. Dentre esses desafios podem ser citados: contratação temporária de psicólogos, o que fragiliza a atuação; número reduzido de profissionais o que dificulta a atuação, às vezes restringindo à processos impedindo a realização do verdadeiro trabalho da Psicologia Escolar Educacional; e de maneira mais impactante, o desconhecimento sobre a real função do profissional de Psicologia em instituições educativas, o que coloca o trabalho desse profissional em extrema vulnerabilidade de sofrer “agressões simbólicas” por meio de desvios de função.

O mapeamento realizado pelos autores (CARVALHO, et al. 2023; CANDEIRA, et al. 2020) identificou desigualdades na oferta do serviço psicológico, bem como demandas crescentes relacionadas ao acompanhamento emocional dos estudantes, ao suporte aos professores e à mediação de conflitos no ambiente escolar. Os pesquisadores destacam ainda que a incorporação efetiva da Psicologia Escolar Educacional nas políticas públicas exige maior investimento estatal, definição de diretrizes específicas e reconhecimento do psicólogo como agente fundamental para a promoção do desenvolvimento integral da comunidade escolar, além da importância desse profissional na construção de práticas educativas mais inclusivas e humanizadas.

Apesar de haver essas situações, Carvalho, et al. (2023) aponta que esse cenário vem mudando, uma vez que em certames que foram lançados nas últimas décadas apontam para uma descentralização dos profissionais pelo Estado do Piauí. A exemplo, os autores trazem que “o Piauí conta com 21 regionais de educação distribuídas de Norte a Sul, no estado, e todas possuem pelo menos um profissional de psicologia inserido” (p. 19).

Ao contrário de Barros e Silva (2017), que mostram uma experiência institucional bem-sucedida, Candeira, et al. (2020) e Carvalho, et al. (2023) revelam lacunas estruturais nas políticas públicas no Piauí. Embora ambos reconheçam a importância da Psicologia Escolar Educacional, tais pesquisas evidenciam a divergência de contextos privativos e públicos, quanto a presença do profissional no ambiente escolar. Assim, o avanço institucional convive diretamente com questões políticas.

Diante de tal situação, Negreiros, et al. (2022) evidenciam que a compreensão das diferenças entre os estudantes da rede pública do Piauí exige uma atuação da Psicologia Escolar Educacional alinhada a uma perspectiva crítica, capaz de analisar não apenas as dificuldades

individuais, mas também os fatores sociais, pedagógicos e institucionais que influenciam o processo de aprendizagem.

Quanto aos desafios apresentados pelos estudantes, esses estão relacionados a contextos de vulnerabilidade, práticas pedagógicas pouco inclusivas e ausência de suporte psicossocial adequado, reforçando a necessidade de intervenções que considerem a realidade concreta das escolas, serviço esse que poderia ser bem conduzido com um psicólogo presente na escola como preconiza a Lei nº 13.935/2019 (BRASIL, 2019). Negreiros, et al. (2022) demonstram, assim, que o psicólogo escolar desempenha papel fundamental na promoção de práticas educativas mais equitativas, atuando na identificação de barreiras, no acolhimento das demandas socioemocionais e na construção de estratégias coletivas de inclusão, contribuindo para o fortalecimento de uma educação pública mais justa e sensível às diferenças presentes no ambiente escolar.

Nessa perspectiva, Negreiros et al. (2022) dialogam diretamente com Marinho-Araújo (2014, p. 152), o qual descreve que os psicólogos precisam aprender a se posicionarem diante da realidade que os atravessa, o que não distancia os psicólogos presentes dentro do campo público do estado do Piauí e dos municípios piauienses. Nesse contexto, de forma particular ao que demonstra nas relações articuladas e políticas dos atores que compõe a escola pública. Nesse sentido, Tessaro (2019) afirma que não há como negar, as dificuldades escolares são atravessadas por fatores sociais e institucionais.

4.3. ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR EDUCACIONAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO NA ESCOLA PÚBLICA PIAUIENSE

Quanto ao processo de inclusão, esse é um dos principais desafios contemporâneos para a Psicologia Escolar Educacional, o que não foge da realidade piauiense. Pesquisas como as da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI, 2024) mostram que barreiras institucionais, pedagógicas e atitudinais ainda dificultam a efetivação das políticas inclusivas no país, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. OEI (2024) e Dourado (2010) concordam ao afirmarem que as desigualdades estruturais e políticas (MARINHO-ARAÚJO, 2014) comprometem a qualidade educacional; reforçando que a inclusão depende de condições institucionais reais, não apenas de boa vontade pedagógica.

Essa constatação converge com análises de Dourado (2010) que destaca as desigualdades estruturais e a insuficiência de recursos como entraves significativos para a garantia de uma

educação de qualidade. De modo semelhante, Marinho-Araújo (2014, p. 80) enfatiza a dificuldade dos docentes na elaboração de metodologias adequadas às crianças com deficiência, enquanto Tessaro (2019) ressalta a insatisfação e insegurança de muitos profissionais diante das propostas inclusivas. Assim, Dourado (2010) aponta os limites estruturais; Marinho-Araújo (2014, p. 80) evidencia que a falta de formação, crenças e estigmas impedem práticas inclusivas; e Tessaro (2019) acrescenta a dimensão emocional, destacando insegurança docente. Esses três autores constroem um quadro complementar que explica porque a inclusão enfrenta tantos entraves e que compromete o trabalho do psicólogo nesse processo.

A discussão evidencia, ainda, que o papel do psicólogo escolar no processo de inclusão não pode estar dissociado de uma atuação crítica, comprometida com a democratização da escola e com a defesa de práticas socialmente referenciadas. Como argumenta Marinho-Araújo (2014), a atuação do psicólogo deve considerar o contexto institucional, articulando: análise, compreensão e intervenção em parceria com estudantes, famílias e toda equipe pedagógica. Assim, reforça-se a importância de uma prática interdisciplinar e ecológica, capaz de enfrentar tanto os desafios subjetivos quanto os determinantes sociais que atravessam o cotidiano escolar.

Marinho-Araújo (2014) dialogam com Tanamachi, et al. (2000), pois sugerem superar práticas isoladas e fragmentadas. Esses autores concordam que o psicólogo deve atuar de forma crítica e coletiva. Aqui não há divergências, mas sim complementações teóricas muito sólidas.

17

Nessa mesma perspectiva, Negreiros, et al. (2022) descreve que o psicólogo escolar educacional deve atuar de forma preventiva e colaborativa, contribuindo para práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e promovam o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse sentido, sua atuação possibilita identificar barreiras que dificultam a participação plena dos estudantes, favorecendo intervenções mais eficazes no cotidiano escolar. Além disso, a inclusão escolar demanda ações constantes de reflexão, apoio e orientação junto à equipe gestora, professores e famílias, reforçando a relevância desse profissional nos espaços educativos.

Nesse sentido, o psicólogo precisa trabalhar em consonância aos outros profissionais como citado por (MARINHO-ARAÚJO, 2014). Assim, Silva (2024) traz uma realidade do município de Teresina-PI, nesse sentido descreve que um dos profissionais que têm maior relação direta no processo de inclusão é o Auxiliar de Apoio à Inclusão (AAI), denominação recebida nas escolas públicas de Teresina. Silva descreve que esse profissional está profundamente relacionado à promoção do cuidado à diversidade e ao fortalecimento de práticas

inclusivas no cotidiano escolar, evidenciando a parceria que deve haver com a Psicologia (RIBEIRO, et al., 2025). Silva ainda afirma que, caso isso ocorra, contribuirá, significativamente, para a criação de ambientes mais acolhedores, auxiliando na mediação de conflitos, na adaptação de atividades e no acompanhamento individualizado dos estudantes com maiores demandas socioemocionais e educacionais.

As discussões apontam ainda que a atuação integrada entre auxiliar de apoio e psicólogo favorece a compreensão mais ampla das necessidades dos estudantes, permitindo intervenções mais humanizadas e contextualizadas. Além disso, o estudo reforça que o reconhecimento e a valorização desse trabalho colaborativo são fundamentais para consolidar uma cultura escolar voltada ao respeito às diferenças, ao cuidado integral e ao fortalecimento da inclusão na rede pública (SILVA, 2024). Dessa forma, o autor amplia as discussões de Negreiros, et al. (2022) ao enfatizar que a inclusão depende da colaboração entre diferentes profissionais. Ambos dialogam na defesa de práticas coletivas e integradas.

O resultado apresentado por Rocha (2023) revela o trabalho do psicólogo no processo de inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma escola regular de Floriano-PI. Rocha descreve que ainda enfrenta obstáculos significativos, especialmente no que diz respeito à ausência de práticas pedagógicas adaptadas, à formação insuficiente dos professores e à limitada articulação entre equipe gestora, docentes e profissionais de apoio. A autora destaca que muitos dos desafios vivenciados pelos estudantes com TEA decorrem de dificuldades institucionais, e não apenas de características individuais, indicando que a escola precisa aprimorar suas estratégias de acolhimento, comunicação e mediação.

18

Nesse sentido, Rocha (2023) aponta que a construção de um ambiente escolar mais inclusivo depende da implementação de intervenções institucionais consistentes, o que envolve, obrigatoriamente, a atuação de um psicólogo, trabalho este integrado com diferentes profissionais. Assim, o estudo reforça a necessidade de uma abordagem coletiva e contextualizada para promover a participação plena dos estudantes com TEA, garantindo condições reais de aprendizagem e convivência no ensino regular.

Diante disso, Rocha (2023) se alinha firmemente a Silva (2024), Marinho-Araújo (2014) e Tessaro (2019), pois todos defendem que práticas inclusivas dependem de formação docente, apoio institucional e cooperação entre profissionais, o que inclui o Psicólogo, mostrando que a inclusão é um processo coletivo e estrutural.

No entanto, para que esse cenário mude, faz-se necessário a presença suficiente de psicólogos nesses espaços. Nesse sentido, a partir do Portal Transparência foi inviável saber o quantitativo de Profissionais Psicólogos atuantes nas secretarias Municipais de Educação, uma vez que não descrevem o profissional quanto ao seu local de lotação.

Diante dos achados encontrados ao longo da presente pesquisa, compreende-se que os resultados e as discussões convergem para a necessidade de ressignificação da escola enquanto espaço formativo e social, para além de modelos tecnicistas, competitivos e mercantilizados. Como defende Freire (2012), uma educação verdadeiramente humanizadora exige o reconhecimento da diversidade, a superação das desigualdades históricas e a participação ativa de toda a comunidade escolar. Nesse cenário, o psicólogo escolar educacional constitui-se como figura essencial para a construção de ambientes mais inclusivos, dialógicos e comprometidos com a transformação social.

Por fim, Freire (2012) dialoga intensamente com toda a literatura analisada, pois defende uma escola democrática, crítica e humanizada. Suas ideias ressoam com as propostas de Marinho-Araújo (2014) e com as evidências trazidas por Negreiros, et al. (2022), Silva (2024) e Rocha (2023). Evidencia-se, assim, a convergência entre os trabalhos analisados que ressoam na seguinte perspectiva: transformar a escola é condição fundamental para garantir inclusão e justiça social. E nessa visão, construir uma escola perpassa a presença do profissional psicólogo escolar educacional, de forma mais emergente na escola pública que é atravessada por diversas vulnerabilidades sociais e educacionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação profissional do psicólogo escolar educacional no Piauí revela-se semelhante ao contexto brasileiro. Além disso, investigar tal temática demanda insistência, postura crítica e política, sobretudo diante da escassez de material e da permanência de modelos educacionais tradicionalistas que privilegiam perspectivas individualistas e neoliberais centradas na competitividade e na análise isolada do desempenho do estudante, o que tende a negligenciar aspectos humanos, sociais e culturais que influenciam diretamente no desenvolvimento escolar.

No que concerne, a história da Psicologia Escolar Educacional no país e no Piauí, observou-se que por muito tempo foi voltada à aplicação de testes psicológicos e à avaliação da “capacidade intelectual” dos estudantes, o que reforçou práticas excludentes e descontextualizadas. Nesse sentido, a superação dessa lógica exige mudanças estruturais,

políticas e institucionais, bem como a ruptura de compreensões equivocadas acerca do papel do psicólogo escolar educacional imerso nesse contexto em ambientes públicos e privada.

Defende-se que a atuação desse profissional seja orientada por uma perspectiva preventiva, contextualizada e ecológica. Assim, o psicólogo escolar educacional realizará mapeamento institucional, promoverá ações de psicoeducação, envolverá famílias e docentes em processos reflexivos e contribuirá para a compreensão ampliada das questões sociais que atravessam o cotidiano escolar. Além disso, uma prática comprometida com o coletivo favorece a redução do absenteísmo, a melhoria do clima institucional e o fortalecimento de relações mais humanas e acolhedoras, prevenindo a não exclusão de estudantes das escolas. Reconhece-se, contudo, que essas ações encontram limitações impostas pelas condições políticas e estruturais das escolas públicas brasileiras e piauienses. Ainda assim, torna-se evidente que mudanças de mentalidade e de práticas, aliadas a transformações institucionais vem acontecendo, tanto a nível nacional quanto a nível estadual, o que se faz necessário para a obtenção de resultados satisfatórios e duradouros em que os psicólogos possam colaborar mais intensivamente.

Os achados da presente pesquisa também sugerem a necessidade de refletir sobre a acessibilidade e a inclusão escolar, especialmente no que se refere ao papel do psicólogo nesse processo. Diante disso, a atuação do psicólogo escolar educacional torna-se ainda mais fundamental, sobretudo em parceria com o corpo docente, a gestão escolar e os setores responsáveis por políticas públicas educacionais e sociais. Cabe à instituição escolar oferecer condições que valorizem as especificidades dos estudantes e garantam a participação plena e democrática no processo educativo.

20

Esses desafios e avanços são possíveis de serem observados tanto a nível nacional quanto a nível estadual, uma vez que o último é um reflexo das conjunturas nacionais que ainda permeiam a dificuldade da implementação da Lei 13.935 de 2019 que versa sobre a inserção de psicólogos nas escolas públicas em todos os níveis de entes federados (nacional, distrital, estadual e municipal).

Considerando as limitações profissionais e institucionais, destaca-se a importância de que o psicólogo escolar educacional tenha espaço para desenvolver uma prática fundamentada nos princípios éticos e políticos da Psicologia e da Educação. A superação de modelos arcaicos e reducionistas exige um Profissional Psicólogo que fortaleça e incentive um ambiente escolar que seja participativo, acessível e comprometido com a diversidade humana. Assim, reafirma-

se o papel essencial do psicólogo escolar educacional na construção, manutenção e qualificação de espaços educativos verdadeiramente inclusivos, democráticos e socialmente referenciados.

Por fim, faz-se necessário que novos estudos deem continuidade a temática em tela, pois foi perceptível durante a busca, a escassez de material referente à atuação de profissionais psicólogos no campo educacional piauiense. Assim, o presente estudo buscou, também, instigar psicólogas e psicólogos a mostrarem suas experiências profissionais em produções científicas, reconhecendo o cotidiano de atuação como um espaço legítimo de construção de conhecimento. Ao sistematizar práticas e reflexões, acaba-se por fortalecer o campo da Psicologia Escolar Educacional Piauiense e amplia-se o diálogo entre teoria, pesquisa e intervenção.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **História da psicologia escolar no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- AMIN, A.; REZENDE, D. S. **Tecnologias na educação**: construção de políticas públicas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022.
- ANTUNES, M. A. M. **Psicologia escolar**: uma prática em construção. Campinas: Alínea, 2003.
- BARBOSA, R. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estud. Psicol.**, Campinas, v. 27, n. 3, set 2010.
- BARROS, D.; SILVA, C. A. **Memórias e vivências da psicologia escolar**: uma prática de vanguarda no Instituto Dom Barreto. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2017.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BROOKE, N.; CUNHA, M. A. **Avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados brasileiros**. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2011.
- CANDEIRA, B. S.; CARVALHO, L. S.; NEGREIROS, F. O psicólogo escolar em políticas públicas no Piauí: mapeamento e demandas. **Integração em Psicologia**, v. 24, n. 3, 2020.
- CAPONE, V. **Psicologia no ambiente escolar**: teoria e prática. Curitiba: Juruá Editora, 2020.

CARVALHO, L. S. et al. Pioneiras/os da psicologia escolar no estado do Piauí: um estudo historiográfico. **Memorandum**, v. 40, 2023.

DIAS, A. C. G.; PATIAS, N. D.; ABAID, J. L. W. Psicologia escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões. **Psicol. Esc. Educ.**, v. 18, n. 1, jun. 2014.

DOURADO, L. F. (2010). Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais. **Educ. Soc.**, 31(112), 677-705.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MACHADO, F. L. B. A. **Sobre a atuação do psicólogo escolar**. 2010. 57 f. Monografia (Graduação) - Centro Universitário de Brasília.

MARINHO-ARAUJO, C. M. (org.). Psicologia escolar: pesquisa e intervenção. Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 83, p. 1-181, mar. 2010. ISSN 0104-1037.

MEDEIROS, C. et al. A psicologia na educação básica da rede pública do Piauí: uma análise de editais de concursos e processos seletivos. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 26, n. 1, 2025.

MEZZALIRA, A. S. C. et al. O psicólogo escolar na educação infantil: uma proposta de intervenção psicossocial. **Rev. Psicol. IMED.**, v. 11, n. 1, jan./jun. 2019.

22

NEGREIROS, F. et al. Diferenças funcionais e psicologia escolar crítica: análise entre os estudantes da rede pública de ensino do Piauí. **Bol. Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 42, n. 103, nov. 2022.

Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Educação em Pauta 2024: Desafios da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no Brasil. Brasília: OEI, 2024

PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

RIBEIRO, L. L. et al. **Profissional de Apoio Escolar (PAE): caracterização, atribuições e impactos da atuação no processo de inclusão escolar**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em Psicologia) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2025.

ROCHA, L. A. **Inclusão de estudantes autistas em uma escola regular de ensino em Floriano/PI: Indicadores para intervenção institucional**. 2023. 159 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Psicologia/CCH) - Universidade Federal do Maranhão.

SILVA, L. D. **O fazer do auxiliar de apoio a inclusão da psicologia em uma escola pública de Teresina:** dialogando com o cuidado à diversidade. 2024. 32 f. Monografia (Bacharelado em Psicologia) - Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

SOUZA, M. C. C. C. **Psicologia e educação:** uma análise crítica da atuação profissional. São Paulo: Cortez, 1980.

TANAMACHI, E. R. et al. (orgs.). **Psicologia e educação:** desafios teórico-práticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

TESSARO, N. S. Formação docente e desafios da educação inclusiva: percepções e práticas no cotidiano escolar. **Cadernos de Educação Especial**, v. 21, n. 3, p. 78-95, 2019.

VIEIRA, S. L. Política educacional no Brasil: continuidade e mudanças. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 877-895, 2010.